

Unidade Curricular: 9242506 - Direito Administrativo I

Ano 1

Semestre 1

Área CNAEF: 380

ECTS: 7,0

Tipo de Unidade Curricular: Obrigatória

Modo de Ensino: Presencial

Língua de Trabalho: Português

DOCENTE RESPONSÁVEL: Emílio Kafft Kosta

TEMPO DE TRABALHO DO ESTUDANTE EM HORAS

HORAS TOTAIS	Horas de Contacto								Horas de Trabalho Autónomo
	Ensino teórico (T)	Ensino teórico- prático (TP)	Ensino prático e laboratorial (PL)	Trabalho de campo (TC)	Seminário (S)	Estágio (E)	Orientação tutorial (OT)	Outra (O)	
175		60	30						85

Pré-requisitos (se aplicável): <<Máximo 500 caracteres>>

OBJETIVOS EDUCACIONAIS / RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

Pretende-se que o discente, no final da U.C.

1. Compreenda o conteúdo e a noção do Direito Administrativo, as regras e princípios que definem a organização administrativa portuguesa, os princípios fundamentais;
2. Compreenda o modelo organizatório da administração pública portuguesa.
3. Compreenda os princípios que disciplinam a organização e a atividade da administração pública portuguesa.
4. Compreenda as normas jurídicas que regulam a relação jurídica de emprego público.
5. Esteja capacitado para a interpretação e aplicação de normas jurídicas no âmbito do Direito Administrativo, em especial no que se refere à organização administrativa, aos princípios fundamentais aplicáveis à administração pública e à relação jurídica de emprego público.
6. Cultive espírito crítico e a capacidade de decidir, de forma autónoma, os casos em análise.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. O Direito Administrativo e a Administração Pública;
2. A organização administrativa;
3. Os princípios fundamentais da organização e da atividade administrativa.
4. A relação jurídica de emprego público;
5. Estado e a sua atividade constitucional;

DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS COM OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

1. O Direito Administrativo e a Administração Pública - objetivos 1 e 6;
2. A organização administrativa - objetivos 2 e 5;
3. Os princípios fundamentais - objetivo 3
4. A relação jurídica de emprego público - objetivos 4 e 6;

MÉTODOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Exposição (com recurso aos mais diversificados meios: oral, escrito e com projecção multimédia).
- Apresentação e Discussão de casos de estudo em sala de aula com a participação dos alunos
- Análise de decisões judiciais, através de um debate orientado com os alunos.
- Simulação de actividades.

DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO COM OS OBJETIVOS DAS APRENDIZAGENS*

- Exposição (com recurso aos mais diversificados meios: oral, escrito e com projecção multimédia) - objetivo 1 a 4:.
- Apresentação e Discussão de casos de estudo em sala de aula com a participação dos alunos - objetivo 1 a 4;
 - Análise de decisões judiciais, através de um debate orientado com os alunos - objetivo 1 a 4;
 - Simulação de actividades - objetivo 1 e 4.

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Existem três épocas de avaliação distintas: (i) Avaliação Contínua; (ii) Avaliação por Exame Final; e (iii) Época de Recurso.

1) Avaliação contínua: através da realização de um teste, um trabalho e de uma prova oral, com os requisitos e ponderações constantes do Guia de Funcionamento. Da soma destes elementos de avaliação resultará uma nota que é suscetível de recurso ou de melhoria em época de recurso. A nota da prova oral é eliminatória.

2) Avaliação final: através da realização de uma prova escrita (Caso Prático) e de um exame oral. A realização desta prova escrita e exame oral não depende da prévia realização de qualquer um dos elementos de avaliação contínua. A nota obtida nesta fase é suscetível de recurso ou de melhoria em Época de Recurso. A nota da prova oral é eliminatória.

3) Época de Recurso: através da realização de um exame oral que conta 100% da nota. A realização deste exame não depende da prévia realização de qualquer um dos elementos de avaliação contínua.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

AMARAL, Diogo Freitas do com a colaboração de Luís Fábica, Carla Amado Gomes e J. Pereira da Silva - Curso de Direito Administrativo, Vol. I, 3.ª ed. Coimbra: Almedina, 2006.

CAUPERS, João - Introdução ao Direito Administrativo, 10.ª ed. – Lisboa: Âncora Editora, 2009.

OTERO, Paulo - Direito do Procedimento Administrativo. Coimbra: Almedina, 2015.

OTERO, Paulo (Org.) - Tratado de Direito Administrativo Especial, vols. 1 a 7. Coimbra: Almedina, 2009 a 2017.

PIRES, Miguel Lucas - Lei geral do trabalho em funções públicas anotada e comentada, 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2019.

SOUSA, Marcelo Rebelo de Sousa / MATOS, André Salgado de, 2009 - Direito Administrativo. Tomo I, 3.ª ed., 2010; Tomo III - Atividade Administrativa. 2.ª ed., Lisboa: D. Quixote., 2009.

Ano letivo de entrada em vigor: 2021/2022 | Data de aprovação em Conselho Técnico-Científico: 2015-09-01